

PROCESSO TCE N° 16.230.2012-40.

ENTIDADE: Empresa de Processamento de Dados S/A - ACREDATA.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados S/A - ACREDATA, exercício de 2011.

RESPONSÁVEL: Hedilberto Saraiva Gomes.

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

REVISOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro.

ACÓRDÃO N° 11.046/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Empresa de Processamento de Dados do Acre. Irregularidade. Aplicação de multa. Notificação. Encaminhamento. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator **Antonio Cristovão Correia de Messias: 1)** pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **irregular a Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados S/A (ACREDATA)**, referente ao exercício orçamentário e financeiro de **2011**, de responsabilidade do Sr. **Hedilberto Saraiva Gomes**, Diretor Presidente à época, em face das irregularidades e falhas apontadas pela DAFO: **A)** saldos divergentes na conta “Impostos Federais”, entre 2010 e 2011, no Balanço Patrimonial, no valor de **R\$ 906.361,06** (novecentos e seis mil, trezentos e sessenta e um reais e seis centavos); **B)** divergência entre a conta “Parcelamento Lei 11.941/2009” e a amortização da dívida informada pela Receita Federal do Brasil/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no valor de **R\$ 163.746,46** (cento e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis

centavos); **C)** lançamento efetuado à crédito no Patrimônio Líquido sem o devido amparo legal, sob a alegação do prejuízo fiscal, no valor de **R\$ 58.235.646,73** (cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos); **D)** ausência de registro contábil do valor utilizado para reduzir a dívida, bem como o valor líquido consolidado após as reduções fiscais indicadas em lei; **E)** divergência de **R\$ 45.541,70** (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta centavos), entre a variação do saldo da conta “Prejuízos Acumulados” e os valores informados na defesa, referente aos valores da dívida confirmados e os processos com exigibilidade suspensa; **F)** ausência do lançamento na conta “Ajuste de Aval/Patrimonial”, de **R\$ 1.134,00** (um mil, cento e trinta e quatro reais), que comporia o saldo da conta “Reservas de Capital”, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2010; **G)** ausência de comprovação do valor de **R\$ 33.722.044,18** (trinta e três milhões, setecentos e vinte e dois mil, quarenta e quatro reais e dezoito centavos), lançado na conta “juros/encargos s/ dívida”, que compõe a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e não se concilia com os demais demonstrativos; **H)** não publicação da integralidade da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em face da ausência de algumas contas na publicação; **I)** gastos com Assessoria Contábil, mesmo existindo Setor Contábil na ACREDATA; **J)** inconsistência dos dados pessoais de membro da Diretoria no Rol dos Responsáveis; **K)** programação orçamentária da ACREDATA com índice de 117,08% de variação positiva, evidenciando a ausência de planejamento; **L)** ausência de entrada no Almoxarifado do registro de 2 (dois) “tokens”, sem conta respectiva no inventário analítico do almoxarifado; **M)** ausência de publicação do ato de ratificação ou mesmo do extrato do contrato da dispensa que originou o Contrato ACREDATA nº 01/2010; **N)** dois contratos com a mesma numeração sequencial, firmados na mesma data, para fornecedores distintos; **O)** ausência da justificativa e do fundamento legal no contrato de prestação de serviços firmado com a empresa SEDEP; **P)** ausência do Parecer de Auditoria Independente; **Q)** ausência de assinatura de Conselheiro no Parecer do Conselho Fiscal; e **R)** pagamento de juros relativos ao parcelamento feito com base na Lei Federal nº 11.941/2009, não sendo detalhado nos históricos dos lançamentos do Livro Razão, em relação aos valores consolidados junto à Receita Federal; **2)** pela **aplicação de multa** ao Sr. **Hedilberto Saraiva Gomes**, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do **Tesouro Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em razão das impropriedades apontadas pela DAFO (Relatório Técnico Complementar de fls. 493 a 501); **3)** pela **aplicação de multa**, ao Sr. **José Marinho Campêlo**, responsável pelo Setor Contábil da ACREDATA, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 1.785,00** (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), a ser recolhida em favor do **Tesouro Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em razão das inconsistências contábeis apontadas pela DAFO (Relatório Técnico Complementar de fls. 493 a 501); **4)** pela **notificação da atual direção da ACREDATA**, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado

pela análise técnica, a fim de evitar as inconformidades apontadas e eventualmente corrigi-las, caso ainda persistam, nas próximas edições da matéria; **5)** pelo **encaminhamento** desta decisão, para conhecimento, aos Excelentíssimos Senhores **Governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa**; e **6)** pela **abertura de Tomada de Contas Especial**, para verificar se os valores incoerentes dos demonstrativos contábeis implicam em dano ao Erário ou valor sem cobertura e justificativa financeira. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 13 de dezembro de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Revisor

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC